

Discurso na cerimônia de assinatura de contratos de concessão de exploração de serviço móvel celular, Banda B, nas áreas I, Estado de São Paulo, e 9, Estados de Sergipe e Bahia

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 6 DE AGOSTO DE 1997

Senhor Ministro Sérgio Motta; Senhor Ministro Clóvis Carvalho; Senhor Governador de Sergipe, Albano Franco; Senhores Deputados Federais, Senadores; Senhores representantes da ABCP e da Vicunha, José Safra, Charles Miller, Ademir Scarpin e Jacques Rebinobtz; Senhores empresários; Senhoras e Senhores; Senhor Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara. É que estivemos a manhã toda juntos, me esqueci de referir, mas todo mundo sabe.

Eu queria, em primeiro lugar, dizer que hoje é um dia de boas notícias. Há uma notícia que convém comemorar. Foi constatada a mais baixa taxa de inflação desde 1951. Isso significa que, provavelmente, 80% dos brasileiros vivos nunca tinham assistido a uma taxa de inflação tão baixa. Todos os que têm menos de 40 e poucos anos não assistiram a taxas de inflação desse nível. E isso é importante, porque não é apenas que a inflação se aproximou de zero: é que há muito tempo, desde que nós começamos o Plano Real, o Brasil percebeu que iríamos controlar a inflação. E, embora, naturalmente, os maledicentes de sempre dissessem, no início do Plano Real – quando ainda era Presidente o Presiden-

te Itamar Franco –, que era simplesmente para um período eleitoral, já perceberam que vai ser para muitos períodos eleitorais, porque não se fez isso com mira a eleição nenhuma, senão como um imperativo da recuperação da crença do Brasil nele próprio e na nossa capacidade de projetarmos o futuro.

Hoje, por sorte, os brasileiros sabem que a inflação é o maior inimigo do povo e que o Governo está atento a isso. E não há de ser por qualquer motivo, muito menos eleitoreiro, que esta luta contínua contra a inflação deixará de ser travada. E ela vai ser vitoriosa porque o País todo está consciente disso. Mas há mais dados importantes, há mais fatos importantes a serem registrados, antes de eu me referir aos contratos dos quais nós estamos assistindo aqui a assinatura.

O IBGE publicou o que eles chamaram de contagem feita em 1996. Eu acho que lá existem elementos para reforçar a confiança no Brasil. Em primeiro lugar, a taxa de crescimento demográfico é de 1,38. Eu me recordo de quando eu estava no Senado, dos debates que tive com o Senador Roberto Campos em que se discutia a questão demográfica. O Senador Roberto Campos chamava a atenção para esse fato, que é um fato importante, de que nós tínhamos, na época, uma taxa demográfica explosiva. Ninguém imaginava que a transição demográfica fosse dar-se com a velocidade com que se deu no Brasil.

É verdade que nessa transição há aspectos que não são tão positivos, porque ainda há formas de controle não aceitas, como o aborto, que muitas vezes é praticado, sobretudo para as camadas mais pobres. E é por isso mesmo que nós somos favoráveis ao planejamento familiar e achamos que é preciso haver uma preocupação com a difusão de informações, para que seja feito um controle populacional com métodos mais adequados. Não obstante, é indiscutível que essa curva demográfica já faz com o que o Brasil se aproxime muito dos países onde a transição se realizou, como os países europeus. E podemos já prever, por volta do ano 2020, o problema oposto ao da nossa necessidade de tomar cuidado para reposição da população. Mas não temos mais essa bomba de retardamento, que seria a explosão demográfica, que nos assustava enormemente. Na década de 50, as taxas eram de mais de 3%. Então, foi uma queda muito forte.

Mas tão auspicioso quanto a queda é que, provavelmente, associado a essa queda, existe um outro processo, que é o do aumento do número de pessoas que vão às escolas. Eu me recordo, por isso citei o Senador Roberto Campos, que no debate eu dizia, naquela ocasião, que o melhor mecanismo de aumento da capacidade de controle da população era generalizar a instrução, sobretudo a escola primária.

Pois bem, os dados que estão aí à disposição de todos estão mostrando que o período médio de frequência dos brasileiros à escola aumentou consideravelmente nesses últimos cinco anos e notadamente nos últimos três anos. E mostrou, também, que o número de crianças que estão sem escola caiu drasticamente. Ainda são muitas, em termos absolutos: são 2 milhões e 700 mil crianças. Mas, em termos, nós esperávamos 4 milhões. Houve uma queda muito grande. E o que ainda apraz mais: no Nordeste, Governador Albano, esse processo está mais rápido que na média do Brasil. O Nordeste hoje, eu dizia há algum tempo, não é mais problema, é solução. É preciso que os nordestinos acreditem nisso, que o Nordeste está avançando, e avançando muito. E um dado significativo é, precisamente, o de que tanto a taxa de crescimento da população caiu como houve o aumento da escolaridade.

E mais ainda: o aumento do número de crianças que estão na escola pré-primária. Isso é muito importante também. Um outro dado que é gritante e favorável: o ingresso das mulheres na força de trabalho. É enorme.

Mas ainda temos no Brasil um outro dado que é positivo, pelo menos para nós: é que nós temos 2 milhões e meio a mais de mulheres do que de homens na nossa população.

Então, acho que há muitos dados favoráveis, muito positivos. E a escolaridade das mulheres é mais alta do que a escolaridade dos homens. Então, acho que nós estamos assistindo a uma mudança social profunda. Por isso eu mencionei a inflação, o controle da inflação. É ilusório pensar que sem o controle da inflação teria sido possível haver a mudança social que está ocorrendo.

Só os piores cegos, que são os que não querem ver, é que imaginam que o Governo não esteja dando atenção ao social. É o contrário. Desa-

fio, por números – naturalmente, com palavras é fácil –, a mostrarem por números que num período tão curto de tempo fosse possível provocar tantas mudanças favoráveis, no que diz respeito à escolaridade, no que diz respeito inclusive à oferta de emprego. O número de mulheres entrou muito fortemente na força de trabalho. Uma coisa é o desemprego, outra coisa é quando se olha a população economicamente ativa que está sendo incorporada, ou seja, o nível de emprego. Está aumentando o nível de emprego, embora possa haver, como há, processo de desemprego; mas o aumento do nível de emprego tem a ver com a preocupação crescente para geração de empregos.

Então, efetivamente, nós estamos construindo um novo país. E, nesse novo país, há uma parte que corresponde ao Governo e há uma parte que corresponde à sociedade. E não são partes estanques. Elas estão inter-relacionadas, e este ato de hoje é um exemplo disso.

Corresponde ao Governo, além das políticas sociais gerais, que são as mais importantes – educação, saúde, atendimento às populações mais idosas –, sobretudo a garantia do salário; portanto, o combate à inflação e, também, uma ação decidida na reestruturação econômica do nosso país. E nós estamos procedendo a essa reestruturação econômica. Nós estamos levando adiante um projeto nacional de desenvolvimento nas condições do mundo de hoje, em que as nações se integram no mercado global.

É uma ilusão imaginar que seja possível, primeiro, ter um crescimento nacional sem que haja integração num processo global. E é uma ilusão pensar que essa integração é em detrimento da reafirmação dos interesses nacionais. Ela tem de ser feita com a capacidade do País de manter o seu projeto. O nosso projeto só pode ser um: de segurar a economia, a estabilidade da economia, continuar o processo de desenvolvimento econômico, integração crescente nos processos produtivos internacionais e, ao mesmo tempo, de mudança da qualidade de vida da população, para que a população possa sentir-se mais prazerosa vivendo no país em que vive.

Quando forem ler Aristóteles ou os clássicos gregos que falavam em política, verão que, no conceito clássico, incluía-se na definição da polí-

tica a felicidade. Saiu de moda, mas é preciso entender que não pode haver um projeto político que não seja um processo também capaz de tornar mais feliz a população.

E eu vejo com agrado os resultados dessas pesquisas continuadas que mostram que há otimismo maior na população brasileira, quando comparada a situação de hoje com a do passado e, sobretudo, quando se compara a expectativa para com o futuro. Esse ingrediente de felicidade, que significa bem-estar, na verdade, tem que ser reintroduzido nas nossas preocupações constantes.

Mas o fato é que nós estamos reestruturando o conjunto do processo produtivo brasileiro pensando num projeto que é um projeto do nosso país, um projeto que é de um país de imigração. Portanto, é um país aberto, um país que não teme de maneira nenhuma a competição porque é confiante nele próprio; um país que se aventura no processo de competição internacional, porque sabe que começa a ter uma base tecnológica – e por isso também é fundamental o que vou dizer agora –, sabe também que o Estado não está sendo demolido pelo Governo. Pelo contrário, está sendo reformulado para atender melhor à possibilidade de nós termos capacidade de competir e para que nós possamos ter políticas públicas que melhorem as condições de vida de nossa população.

De novo só não vê quem quer ser cego, que imagina que nós queremos a prevalência cega do mercado. É o contrário; nós estamos assistindo aqui é à passagem de um capitalismo selvagem para um capitalismo com consciência social. E um capitalismo com consciência social precisa de um governo que seja capaz de cobrar, de ter regras, de ter regulamentos e de expor ao país o que está sendo feito. E cobrar, não na burocracia fechada, mas cobrar na competição aberta e nas prestações de contas contínuas ao Congresso e à sociedade.

Essa é a nova filosofia que inspira este governo. E ela será continuada porque é inspirada na necessidade do País. E está dando resultados. Não vou cansá-los, mas quero dizer ainda que nós estamos refazendo toda a estrutura fundamental da vida brasileira.

Há poucos instantes, assinei a lei do petróleo, a lei que cria a agência reguladora do petróleo e que dá possibilidade para que a Petrobras

possa ser mais competitiva e que mais empresas venham aqui para a busca do petróleo. Na questão do gás, acabo de estar na Bolívia fazendo um acordo, acordo não, assistindo ao começo do gasoduto que vai até São Paulo. Fizemos acordos com a Venezuela sobre a energia elétrica. Estamos fazendo acordos com todos os nossos países do Sul sobre energia elétrica, estamos interligando a produção do sistema energético brasileiro inteiramente. É questão de mais um ano, menos um ano, e isso estará feito.

Recuperamos a idéia de que a hidrovia é fundamental. Dentro de pouco tempo, e isso é esforço do governo de São Paulo e dos produtores de São Paulo e do Brasil, vamos ter a hidrovia Paraná–Tietê completada. A hidrovia do rio Madeira–Amazonas já está em funcionamento. Estamos avançando na Araguaia–Tocantins. Retomamos a hidrovia do São Francisco. Privatizamos, financiamos concessões de toda a malha ferroviária do Brasil, inclusive a do Nordeste, ajuntando a essa malha um trecho que vai permitir a ligação do rio São Francisco com a ferrovia e, depois, com o porto de Suape. Refizemos os portos do Brasil – 52% das atividades portuárias do Brasil, hoje, já são objeto de concessão e já estão em mãos privadas: 52%! Quando nós assumimos o governo, não sei se eram dez.

Nós estamos agregando à energia que se produz no Brasil, até o ano 2000, 40% de toda a capacidade que o Brasil jamais teve em sua história. Estamos agregando aos 52 ou 53 mil kw que nós temos hoje mais 40 mil kw. Ou seja, é uma transformação profunda. Isso é desenvolvimento econômico. E esse desenvolvimento não se faz em detrimento das empresas produtivas nem das internacionais e nem das nacionais, as quais se ligam no mundo de hoje.

E o papel do Governo é, precisamente, o de fazer as articulações necessárias para que as coisas possam avançar com mais firmeza. Ainda ontem, passei uma parte da noite discutindo com colaboradores nossos, com o professor Luciano Martins, a respeito do desempenho dos 33 principais grupos privados nacionais. Todos cresceram, todos estão em um processo de industrialização, avançando. E, ao mesmo tempo, nunca houve tanto investimento direto, estrangeiro, como neste momento

no Brasil. As coisas não se excluem. E quem imaginar hoje que existe um mercado interno e mercado externo que são separados é que não está entendendo o que acontece no mundo. Nós precisamos que as empresas venham para o Brasil para competir aqui pelo mercado interno. E nós vamos fazer substituição com produção nossa, aqui, de um mercado interno crescente. E vão crescer ao mesmo tempo as exportações e o mercado interno, porque este é um país de dimensões continentais, no qual o mercado interno será sempre fundamental, e os que estão investindo agora sabem que estão investindo porque nós temos um mercado interno. Se não tivéssemos, não seria possível virem esses bilhões, que parece que, com essas assinaturas, estão chegando.

É em função não de uma crença, só, num rumo, mas na crença na realidade material de um país que tem um mercado interno poderoso. Essa oposição entre indústria para exportar e indústria para o mercado interno é antiga – como se uma pudesse ser feita em detrimento da outra. As duas têm que ser feitas simultaneamente.

E agora entro, para não me alongar demais, na questão relativa às transformações que se estão operando no País, diretamente na questão das telecomunicações. Já mais de uma vez pude externar aqui o meu entusiasmo pelo que está sendo feito pelo Ministro e pelo Ministério das Comunicações nessa revolução branca nessa área. E é verdadeiro.

Estamos assistindo hoje a mais um passo. Haverá muitos outros mais, muitos outros mais. E este passo não é só a concessão que se faz, não se trata apenas da instalação de mais um serviço competitivo que vai baixar tarifas e vai beneficiar o consumidor, porque vai, de pronto, de imediato. Mas se trata, também de uma alavanca para a produção, no Brasil, de componentes, de partes, de tudo que será necessário para as telecomunicações. E isso é fundamental: é mais emprego, é maior crescimento econômico, é maior bem-estar para a população. E me alegra muito, especificamente no caso de hoje, a ligação que houve entre o setor privado brasileiro e o setor privado internacional via tecnologia, da qual nós necessitamos, com a substituição, sim, de importações que seriam geradas, se não houvesse medidas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para permitir investimentos produ-
ti-

vos que venham a atender a essa área e o fato de que nós, hoje, estamos aqui assistindo, efetivamente, a alianças que são confiáveis.

Acho que, no que diz respeito ao que aconteceu tanto na zona 1, em São Paulo, quanto na Bahia, em Sergipe e no Nordeste, nós estamos vendo esse mesmo tipo de aliança, que é uma aliança positiva para este país. E convém reafirmar o que disse o Ministro: tudo isso é feito à luz do dia. Abrem-se os envelopes, uns levam susto até porque ganharam, outros levam susto maior ainda porque perderam. Mas a verdade é esta, que isso é feito sem nenhuma interferência de nenhuma espécie, nem política, nem de *lobby*, nem de pressão. Muitos que aqui estão são meus amigos há dezenas de anos e sabem que o que estou dizendo é a expressão da verdade, tivessem eles perdido ou não, como outros amigos também perderam, e alguns até nem são amigos e perderam, outros nem são amigos e ganharam. Não importa. Não foi por aí.

Poder-se-á no íntimo dizer “Que bom!” ou “Que pena!” Mas não foi isso que decidiu nem será isso que vai decidir os rumos da privatização no Brasil. A privatização é decidida exclusivamente pelo critério da competição, pelo critério técnico e pela capacidade de servir ao País e através de processos que são limpos, que são abertos, que não suscitam, nem de longe, nenhuma dúvida quanto a qualquer alegação de procedimento menos correto ou nem sequer de procedimentos que, embora pudessem ser corretos, implicassem a passagem por uma pressão de tipo político ou de tipo pessoal. Absolutamente. É um novo governo, novo Estado brasileiro em que, efetivamente, as forças econômicas, quando entram nele, sabem que estão entrando porque há regras. Disse também o Ministro, e é verdadeiro: são regras que são firmes, que não serão modificadas e que, hoje, já estão se enraizando no pensamento da nacionalidade. Portanto, qualquer que venha a ser o presidente, mesmo que queira, não vai poder mudar, porque para mudar vai encontrar uma barreira muito forte da sociedade, que percebe as mudanças havidas. E, por consequência, há uma estabilidade aí necessária.

E mais: tivemos o cuidado, em todo esse delicadíssimo processo de abertura do sistema de telecomunicações, com o apoio sempre do Congresso, como nunca deixo de referir, tivemos sempre o cuidado de

manter muito viva a idéia da competitividade. Nós não queremos quebrar o monopólio público para criar o monopólio privado. O monopólio é negativo. O que é bom para a população, o que é bom para o progresso do País é a capacidade de competir, porque é isso que aumenta a nossa inventividade, nosso desenvolvimento tecnológico e produz aquilo que é importante, que é o bem-estar do consumidor pelo barateamento dos preços.

Portanto, já falei até demais, simplesmente para reafirmar o meu entusiasmo pelo Brasil. Quero terminar agradecendo, mais uma vez, não só aos técnicos que colaboraram nisso tudo, ao Ministério, ao Congresso, mas também aos empresários, que têm tido a correta ousadia de apostar neste país. Quem aposta no Brasil aposta bem, porque aposta num país que tem futuro. Com uma diferença: é que o futuro do Brasil é agora. Nós levamos muitos anos sendo o país do futuro. Chegou o futuro, o futuro é hoje, o futuro é agora. E o que nós estamos presenciando aqui são assinaturas para crismar aquilo que já foi batizado.

Muito obrigado.

